DESCONECTADOS E DESQUALIFICADOS – OS DESAFIOS DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EAD DE JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Iasmini Bellaver Dambros¹

Introdução

Vivenciamos uma época em que a internet tem sido o principal canal de acesso às informações em um panorama global, desencadeando impactos sociais ao passo em que modifica as relações econômicas, as formas de atuação do comércio e indústria, e até mesmo, os serviços públicos. É por meio da internet que a maior parte das informações são distribuídas, atualmente, em nossa sociedade, fato que se retroalimenta ao passo em que obriga cada vez mais os indivíduos a manterem-se conectados para evitar a exclusão digital. Assim, identifica-se um aumento em relação a desigualdade no acesso às informações disponíveis (CASTELLS, 2003).

As tecnologias de informação e comunicação – TIC vem sendo empregadas pelos cidadãos, empresas, governo e organizações, gerando significativas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Desta forma, percebe-se como um desafio para as políticas públicas a efetivação do uso das plataformas digitais, de modo que este processo de virtualização das informações possa ser acessado por toda população, evitando dessa forma a exclusão digital (CGI.br, 2017b). Salienta-se que o uso das TIC, para além das mudanças ocasionadas no campo da tecnologia e comunicação, causou impactos relevantes na interação entre os seres humanos, e dessa forma, essas novas relações sociais popularizaram-se enquanto Sociedade da Informação, tendo vista as modificações de costumes, de lazer e até mesmo de consumo. Assim, a tecnologia apresenta seu caráter ubíquo, uma vez que a interação constante com as TIC, nos mais diversos contextos do cotidiano social, tornou-se tão

¹ Universidade Feevale, Brasil.

naturalizada que a tecnologia perpassa as relações e interações humanas sem que os indivíduos percebam a incorporação das TIC (COLL; MONEREO, 2010). Salienta-se que neste artigo as TIC investigadas restringem-se as que popularmente permitem o acesso a internet como computadores, smartphones e tablets.

Compreende-se que a internet tem um grande poder de conectar as grandes massas, em contrapartida, também exclui os indivíduos que não fazem acesso a mesma. Diversos autores apresentam a exclusão como uma problemática social, a qual constitui-se a partir do afastamento de indivíduos de seus pertencimentos coletivos, os quais vivenciam desvantagens sociais como a vulnerabilidade socioeconômica, desemprego, condições precárias de acesso à educação e habitação, dentre outras vulnerabilidades. Desse modo, compreende-se que a exclusão não é o termo que melhor define a situação descrita, tendo em vista que os indivíduos não estão excluídos, pois seguem participando da sociedade em uma posição que permite a reprodução das formas de dominação. Assim, compreende-se que nominar o acesso às TIC como processos de inclusão/exclusão digital também são questionáveis, tendo em vista que não se deve reduzir a um olhar dualista da situação pois a mesma é permeada por processos sociais multifacetados. Tendo em vista a falta de conceitos mais adequados para se referir a este contexto, serão utilizados os termos inclusão e exclusão digital, mesmo problemáticos, por serem frequentemente apresentados nas bibliografias pesquisadas para a construção deste artigo. (CASTEL, 2003; BONILLA, OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 2003; WARSCHAUER, 2006).

Outro fator relevante para a compreensão da situação apresentada, refere-se a esta ser uma questão influente em metrópoles, pois, em sociedades onde as TIC não fazem parte das dinâmicas sociais, as mesmas não podem ser pensadas enquanto populações excluídas digitalmente, tendo em vista que o direito ao acesso as mesmas não lhes é percebido como negado. Destaca-se ainda a questão da comunicação enquanto direito humano básico, sendo dessa forma a falta do acesso às TIC ainda mais problemático, tendo em vista, que na sociedade contemporânea, a comunicação é perpassada pelas TIC, desse modo, compreende-se que o acesso a tais tecnologias de informação e comunicação integram a constituição da cidadania atualmente (BONILLA, OLIVEIRA, 2011).

Outro fator relevante para a compreensão da problemática exposta neste artigo, é o fato de que em nosso país, a educação possui um histórico baseado nas matrizes europeias, marcado pelo pensamento colonial, a partir do qual, desde seu princípio, destinou-se à formação da elite brasileira, excluindo as demais classes sociais do acesso a processos educativos de qualificação. Historicamente são percebidos mecanismos de exclusão, os quais decorrem de processos de colonização retroalimentando a vulnerabilidade socioeconômica, a disputa de classes, a inacessibilidade de direitos sociais, sendo assim, a escolaridade tornou-se um indicativo do lugar social ocupado pelo sujeito. Com isso, o acesso a processos de escolarização tornou-se imperativo para o acesso ao mercado de trabalho, bem como no processo de garantia de direitos sociais (SPOSATI, 1996).

O mercado de trabalho, o qual é afetado a cada dia pelos processos de globalização, vem exigindo cada vez mais a qualificação profissional dos indivíduos, dessa forma, a inclusão digital é fator indispensável para a qualificação e profissionalização destes sujeitos (SILVA, 2005). Rodrigues (2017) aponta que diversos fatores impactam na inserção dos jovens no mercado de trabalho, dando ênfase para a falta de experiência profissional e acadêmica, pois o capitalismo global impulsionou o aumento das exigências profissionais e pessoais para a inserção no mercado de trabalho, sendo que em muitos casos os jovens não possuem os requisitos básicos para a contratação, resultando de tal modo na marginalização de uma grande parcela desses jovens. Ainda, outro fator crucial para a dificuldade na inserção no mercado de trabalho é o excesso de mão de obra, o que acarreta na exclusão, em processos seletivos, de jovens pouco qualificados, os quais são destinados a atividades de baixa remuneração, consideradas “funções inferiores”.

Com foco na redução das desigualdades sociais, as políticas sociais vêm demonstrando maior repercussão, sendo assim, a educação técnica ganhou visibilidade na última década no país, visando deste modo a inserção produtiva dos indivíduos de forma a associar educação e trabalho (IPEA, 2014). Compreende-se que a universalização da cidadania perpassa o acesso aos processos de educação e profissionalização, tendo em vista, o modelo de economia capitalista em que nos encontramos inseridos (ZUIN, 2006).

Com a evolução das TIC, novas possibilidades educacionais surgiram, sendo possível empregar o uso dos equipamentos tecnológicos e acesos a internet como forma de ampliar e qualificar o acesso ao conhecimento. A educação a distância – EAD, surgiu do avanço das TIC sendo empregada em larga escala por instituições públicas e privadas de ensino pois permite a flexibilização do tempo, a quebra de barreiras espaciais e o acesso diversificado a materiais on-line, percebendo deste modo diferentes modalidades de interatividade. É possível identificar o suporte legal da EAD na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, regulamentada ainda pelo decreto de nº 5.622 de 2005. A EAD permitiu ainda a ampliação na oferta de cursos profissionalizantes tendo como objetivo efetivar a expansão e democratização da oferta de cursos técnicos, visando a qualificação profissional da grande parcela de brasileiros que se encontram sem acesso a tal qualificação (CENSO EAD.BR, 2017).

Neste panorama de oferta de cursos na modalidade EAD, visando capacitar a população brasileira, com foco nos trabalhadores pouco qualificados que encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, é que aponto para o objetivo desta pesquisa, que visa realizar uma análise bibliográfica e documental a respeito de indicadores do acesso da população jovem brasileira em vulnerabilidade socioeconômica a tais cursos na modalidade EAD os quais possuem tal público como alvo de sua oferta.

Metodologia

Neste artigo o delineamento empregado foi de cunho quantitativo, utilizando-se ainda de dados quantitativos visando ampliar a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e institucionais, o contexto em que o tema a ser pesquisado está inserido e as associações entre as variáveis (GIL, 2010).

Em relação ao estudo que foi realizado, este teve o cunho exploratório, objetivando proporcionar uma maior compreensão acerca do questionamento “Os cursos de profissionalização EAD ofertados pelo Governo Federal atendem efetivamente o público em vulnerabilidade socioeconômica?”. Assim, com vistas a responder tal questão, realizou-se primeiramente a revisão bibliográfica, afim de embasar teoricamente o problema em questão, utilizando-se livros, capítulos de livros, e-books, artigos científicos disponibilizados em bases de dados como a Scielo e sites

oficiais de órgãos governamentais, tendo em vista que o tema é pouco explorado (MINAYO, 2010).

Tal problema de pesquisa surgiu a partir dos conhecimentos adquiridos a partir da disciplina de Cibercultura e Inclusão Social, ofertada no programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social somado à experiência da pesquisadora, no trabalho diário em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, situado na região urbana de uma metrópole industrial, identificando diariamente que a falta de capacitação profissional tem sido um dos elementos principais para o fomento da exclusão social, ao passo em que tal desqualificação prolonga as situações de desemprego. Ainda, ao longo da atuação nos últimos 3 anos no CRAS, foi identificado que os usuários atendidos fazem pouco uso das TIC, em geral não possuem acesso a internet, e desse modo desconhecem ações do Governo Federal em relação a oferta de cursos profissionalizantes.

Deste modo, foi utilizada a pesquisa documental, com coleta e análise de dados, disponibilizados pelos sites oficiais de órgãos governamentais e iniciativa privada, por meio das pesquisas nacionais recentes, com ênfase nas pesquisas TIC Kids Online, TIC Domicílios e TIC Centros Públicos de Acesso, realizadas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Resultados

O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br, realiza anualmente pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios e a pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil - TIC Kids Online, as quais apresentam dados fundamentais para a compreensão da exclusão digital em nosso país. Assim, a TIC Domicílios 2017 a qual avaliou o uso de internet nos domicílios em 2016, apontando que no Brasil, 54% dos domicílios possuem conexão com a internet, percentual que representa 36,7 milhões de residências. Salienta-se a desigualdade social identificada ao longo da pesquisa, onde apenas 23% das residências que possuem conectividade com a internet são pertencentes às classes D e E (CGI.br, 2017b; CGI.br, 2017a).

Em relação a TIC Kids 2017, a qual avaliou o uso de internet por jovens, na faixa etária de 9 a 17 anos, nos domicílios brasileiros em 2016, a pesquisa apontou disparidades socioeconômicas no uso da internet por jovens no Brasil, dessa forma, foi registrado que 98% das crianças e adolescentes pertencentes às famílias das classes A e B eram usuárias de internet, em contrapartida, apenas 66% dos indivíduos na mesma faixa etária, pertencentes às classes D e E possuíam acesso à rede. Outro dado importante apresentado pela pesquisa é que 5,2 milhões de crianças e adolescentes não eram usuários da internet, e destes, 2,9 milhões nunca acessaram a rede, percentual correspondente a 10% da população na faixa etária pesquisada. Ainda, 13% dos jovens da classe D e E referem não saber usar a rede (CGI.br, 2017a).

A pesquisa TIC Kids 2017 pontua ainda as desigualdades socioeconômicas em relação ao acesso à internet no Brasil, sendo perceptível o impacto de tais disparidades na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão. Sendo elencados como principais fatores para o não acesso à internet, a falta de disponibilidade de rede no domicílio, apontada por 11% da população entrevistada, o que equivale a 3,4 milhões de jovens. Ainda, o valor elevado para contratação de serviços de internet e a restrição do acesso em locais públicos como a escola, são fatores que excluem cada vez mais as famílias das redes, tendo em vista que apenas 28% dos jovens de classes D e E possuem acesso à internet na escola (CGI.br, 2017a).

Em relação ao acesso nas escolas, Silva (2005) pontua que a maior parte das escolas públicas brasileiras não conta com TIC inseridas nas atividades pedagógicas, tal questão se dá por uma somatória de fatores, como a estrutura precarizada de muitas escolas em territórios periféricos, as quais muitas vezes, não contam com espaços apropriados como laboratórios ou salas de aulas equipadas com computadores, a falta de manutenção dos equipamentos disponíveis, a falta de capacitação dos professores para a utilização das TIC na rotina escolar, desta forma, evidencia-se que a cibercultura segue distante do ensino público brasileiro.

Figura 1 - Análise do acesso à internet no Brasil em 2016

Fonte: Dados coletados e sistematizados com base nas pesquisas TIC Domicílios e TIC Kids Online.

Outra possibilidade de conexão com a internet são os centros públicos de acesso, conhecidos popularmente como telecentros. Segundo dados do Governo Digital, fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 2016 existiam 7.755 telecentros em funcionamento, os quais dispunham de computadores conectados à internet, para acesso público e gratuito. Porém dados da TIC Kids informam que em 2016 apenas 10% dos jovens brasileiros pesquisados referiram fazer acesso de internet em centros públicos, o que aponta mais uma das facetas da exclusão digital, pela falta de acesso aos próprios telecentros (CGI.br, 2017a).

Neste panorama, cabe destacar os resultados obtidos por meio da pesquisa TIC Centros Públicos de Acesso 2013, a qual objetivou compreender a contribuição da política de telecentros do governo federal na inclusão digital, identificando assim a situação de funcionamento dos telecentros além de suas principais características, segundo a percepção dos gestores e usuários desses espaços. Os telecentros analisados constavam no cadastro feito pelo Ministério das Comunicações, vislumbrando desse modo a abrangência nacional destes equipamentos. Como resultados, a pesquisa apresenta que em relação à situação de funcionamento, a maior parte deles disponibilizava pelo menos o acesso à Internet (78%) para o público, sendo identificado que uma parte dos estabelecimentos (22%) não estava em funcionamento. Assim, identificou-se que apesar da maior parte dos telecentros prover o acesso às TIC para os cidadãos, uma parcela não disponibiliza o acesso à Internet, devido a problemas relacionados à infraestrutura, como a falta de computadores e de conexão com a Internet (CGI.br, 2014).

Assim, os resultados da análise dos dados coletados por meio da pesquisa TIC Centros Públicos de Acesso 2013 pontuam algumas dificuldades em relação a política de telecentros do governo federal, sendo eles os problemas de infraestrutura como a conexão lenta, computadores quebrados, software desatualizado, entre outros. Problemas na manutenção e sustentabilidade dos centros públicos de acesso gratuito. Quantidade insuficiente de computadores disponíveis, bem como de monitores capacitados para auxiliar os usuários (CGI.br, 2014).

Figura 2 - Análise do acesso à TIC que possibilitam o acesso à internet 2016 por renda familiar.

Fonte: Dados coletados e sistematizados com base nas pesquisas TIC Kids Online 2016, TIC Centros Públicos de Acesso 2013 e Governo Digital 2016.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a divulgação e visibilidade dos telecentros, apesar de 65% dos gestores afirmarem que realizam algum tipo de divulgação das suas atividades, poucos visitantes declararam que conheceram o centro público de acesso que frequentam por meio de ação realizada pelo telecentro (4%), sendo as formas de conhecimento dos serviços dos telecentros mais citadas pelos usuários foram as relacionadas à divulgação “boca a boca”, sendo a informação

transmitida por familiares, amigos e conhecidos (57%). Ainda, a visibilidade do local também foi descrita pelos gestores como insuficiente: tendo em vista que apenas 40% concordam totalmente que todos cidadãos que passam na rua conseguem visualizar o telecentro, sendo que 26% dos gestores discordam totalmente dessa afirmação. Compreende-se desse modo que é urgente a necessidade de ações de divulgação dos telecentros visando ampliar o número de usuários e promover o acesso às TIC (CGI.br, 2014).

Em relação à EAD, o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2016 – Censo EAD.BR, tem como objetivo investigar e socializar dados quantitativos e qualitativos derivados das atividades de EAD no território brasileiro. Assim, o Censo EAD.BR informou que no ano de 2016, 561.667 alunos encontravam-se vinculados a cursos totalmente a distância. Quanto aos cursos livres, a pesquisa indicou que 709.853 alunos se encontravam na iniciação profissional. Este número expressivo indica a forte procura por cursos técnicos e profissionalizantes visando resultados rápidos para acesso ao mercado de trabalho. Ainda, nos anos de 2016 e 2017, períodos em que a economia brasileira encontrava-se em crise, identificou-se o aumento de jovens, egressos do ensino médio, os quais buscaram opções de EAD como forma de dar continuidade a capacitação profissional (CENSO EAD.BR, 2017).

É perceptível que na atualidade a EAD tem sido uma ferramenta utilizada em larga escala por políticas públicas a partir de seus programas e ações. A exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, criado em 2011 a partir da Lei 12.513/2011, tornou expressiva sua oferta EAD visando expandir e interiorizar de forma democrática a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, ofertando qualificação profissional. O PRONATEC por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, visa ampliar a oferta de cursos de EPT, visando contribuir para a qualificação profissional de estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, inclusive estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e, de forma prioritária aos beneficiários de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, trabalhadores em geral e cidadãos que tenham concluído o ensino médio em escolas da rede pública.

Ainda, a Escola Técnica Aberta do Brasil, criada pelo Decreto nº 6.301/2007, e a partir do Decreto nº 7.589/2011 instituiu-se como Rede e-Tec Brasil, a qual tem como foco o desenvolvimento da EPT na modalidade EAD, ampliando o acesso à educação profissional pública no Brasil, sendo assim uma das ações integrantes do PRONATEC (BRASIL, 2016).

Ocorre que tais cursos raramente disponibilizam polos presenciais de acesso à internet e computadores, gerando a dependência de que os alunos possuam estes itens básicos para que o possam acompanhar as aulas ofertadas na modalidade EAD. Neste panorama, cabe pontuar, como já demonstrado no texto, a contradição entre o acesso à internet e à equipamentos de conexão com a rede no território brasileiro em especial nas famílias em vulnerabilidade socioeconômica, as quais são consideradas o público-alvo de tais programas que fornecem cursos de EPT e a oferta de tais cursos na modalidade EAD.

Por meio de documento oficial emitido em 16 de maio de 2018, pelo Ministério da Educação – MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, em resposta ao protocolo 23480009523201807 solicitado pela autora, algumas informações foram coletadas e analisadas nesta pesquisa. Assim, o MEC informa que a divulgação dos cursos ofertados é realizada principalmente por meios digitais, como o portal institucional, perfis oficiais nas principais redes sociais, chamadas nas principais redes de televisão e rádio, entrevistas divulgadas nos meios de comunicação e por meio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, demais Ministérios e instituições privadas de ensino além de instituições parceiras. Salienta-se que a maior parte da divulgação é feita em meio virtual, sendo deste modo inacessível para o público que não utiliza as TIC e possui pouco contato com instituições de ensino (MEC, 2018).

Ainda, o MEC disponibilizou uma extensa planilha com dados a respeito dos cursos na modalidade EAD disponibilizados pelo Governo Federal, sendo aqui sistematizados. Assim, são apresentados na figura 4 dados quantitativos referentes as modalidades de cursos do PRONATEC, número de turmas e quantidade de alunos matriculados, tais dados fazem referência a cursos que estão em andamento ao longo do ano de 2018 em todo o território nacional (MEC, 2018).

Tabela 1 - Quantitativo de turmas e matrículas de cursos PRONATEC em 2018.

Tipo de Programa	Turmas	Quant. Matrículas
PRONATEC AGRO SUCESSÃO RURAL	59	3971
PRONATEC EJA Técnico Integrado	1	77
PRONATEC E-TEC TÉCNICO	359	19293
PRONATEC MEDIOTEC	26	845
PRONATEC MEDIOTEC EAD	789	42049
PRONATEC PROFUNCIONÁRIO TÉCNICO	141	8987
Total	1375	75222

Fonte: Dados coletados e sistematizados com base na planilha fornecida pelo MEC.

Na tabela 2, são apresentados dados quantitativos referentes a rede que realiza a oferta dos cursos PRONATEC informados pelo MEC ao longo do ano de 2018, bem como o número de turmas e de alunos matriculados em relação a cada rede ofertante.

Tabela 2 - Quantitativo de turmas e matrículas de cursos PRONATEC em 2018 por rede ofertante.

Rede Ofertante	Turmas	Quant. Matrículas
REDE FEDERAL	1183	64549
REDE ESTADUAL	133	6702
SENAR	59	3971
Total	1375	75222

Fonte: Dados coletados e sistematizados com base na planilha fornecida pelo MEC

Outro aspecto que merece destaque é o uso do celular como principal equipamento para acesso às redes, sendo citado por 91% dos usuários de internet, o que representa 22 milhões de usuários que se conectam por meio de tal dispositivo. Ainda, o acesso à internet exclusivamente por meio do celular é a opção apontada por 61% dos jovens das classes D e E. Em contrapartida, foi identificada queda percentual no número de acesso à internet por meio de computadores, os quais são utilizados por apenas 34% dos usuários de internet das classes D e E (CGI.br, 2017a).

Deve-se levar em conta a qualidade do acesso à internet por meio do celular, a qual limita as possibilidades de atividades on-line, representando de tal modo um fator de exclusão. Outro ponto a ser apresentado é em relação à velocidade da conexão com a internet contratada, sendo identificado que apenas em 6% das residências das classes D

e E possuíam conexão com velocidade superior a 8Mbps. A pesquisa aponta ainda que o acesso à internet no domicílio de outras pessoas como principal forma de conexão foi apontado por 78% do público das classes D e E, ultrapassando deste modo o acesso à rede em seu próprio domicílio (CGI.br, 2017b).

Outra informação relevante emitida pelo MEC no documento em resposta ao protocolo foi a confirmação de que não existem aplicativos para dispositivos móveis voltados à realização de cursos a distância no âmbito do PRONATEC, o que inviabiliza o acesso da grande parcela de brasileiros que possuem TIC de conectividade com a internet apenas dispositivos móveis como o celular, como demonstrado na figura 3 (MEC, 2018).

Figura 3 - Análise do acesso à TIC que possibilitam o acesso à internet 2016 por renda familiar.

Fonte: Dados coletados e sistematizados com base na pesquisa TIC Domicílios 2017.

Discussão

O Relatório Trabalho Decente e Juventude de 2013, expõe o fato de que a situação de desemprego é identificada em proporções expressivamente maiores entre os

indivíduos com níveis educacionais mais baixos. Sendo assim, foi identificado o percentual de 15,2% de jovens desempregados dentre a população que havia cursado apenas o ensino fundamental (RODRIGUES, 2017).

Importante salientar que fatores como a escolaridade e capacitação frequentemente são elencados como os mais relevantes em relação ao desemprego juvenil. Sendo assim, torna-se fundamental apresentar dados referentes a escolarização da população jovem brasileira, a qual em muitos casos, evade do ensino regular em busca de oportunidades de emprego, as quais, contraditoriamente, lhe são negadas pela baixa escolaridade, falta de experiência e de capacitação profissional. Assim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013, a qual apresentou dados relativos aos anos de estudo no Brasil de 2006 a 2013, informa que o valor médio de anos de estudo na população jovem com idades entre 15 a 17 anos foi de 7,73, percentual abaixo do ideal, o qual deveria ser entre 8 a 11 anos de estudo. Ainda, a pesquisa aponta para o fato de que, quanto menor a renda familiar, menos tempo dedicado ao estudo é apresentado pelos jovens, sendo de tal forma ainda mais preocupante a situação brasileira tendo em vista que os anos de estudo e qualificação impactam diretamente na inserção do jovem no mundo do trabalho, pois quanto menor a renda do jovem, mais difícil se torna sua qualificação, e conseqüentemente, sua iniciação no mercado de trabalho torna-se cada vez mais postergada e relegada a trabalhos precarizados (RODRIGUES, 2017).

Ainda, em relação aos jovens, Prensky (2001) apresenta o conceito de nativos e imigrantes digitais, apontando como nativos digitais os jovens pertencentes às primeiras gerações, as quais nasceram nas últimas duas décadas e cresceram envoltos das TIC como computadores, celulares e internet. Assim, para o autor, tal vivência em um mundo com intensa interação com TIC faria com que os nativos digitais pensam e processam as informações de forma diferente das gerações anteriores, capacitados dessa forma para multitarefas, tendo em vista que, conforme o pensamento desse autor, tal geração possui a linguagem digital de forma nativa, ao contrário das gerações mais antigas, os quais vieram a ter contato com a tecnologia tardiamente. Tal pensamento teve grande aceitabilidade, sendo replicado por outros autores, porém, não representa a total realidade social do país, pois fatores como poder econômico, local de moradia e

acesso às TIC, entre outros, influenciam na habilidade de interatividade dos indivíduos com as TIC (KOUTROPOULOS, 2011). Assim, como pode ser percebido a partir da sistematização dos dados das pesquisas, evidencia-se que o conceito de nativos digitais não se aplica a totalidade dos jovens brasileiros, a exemplo da grande parcela de jovens excluídos digitalmente.

Outro aspecto fundamental para a compreensão do problema em questão é o letramento digital, pois, para a utilização efetiva das TIC torna-se fundamental a compreensão de sua linguagem digital, o qual utiliza-se para além da leitura e escrita, a interação com o conteúdo, o qual se propaga em meio virtual, utilizando-se ainda de hipertextos, links e multimídia (KENSKI, 2007). Assim, considera-se que para que haja efetivo letramento digital, é necessário considerar ainda a leitura crítica e produção criativa, apontando como dever da escola o letramento digital, aproximando os jovens das TIC e auxiliando os mesmos na interação com as mídias e consumo de informações de forma ativa e crítica.

Conforme dados da TIC Kids Online, em relação aos responsáveis pelos jovens, a pesquisa aponta que nas classes D e E apenas 41% dos responsáveis conectam-se à internet, em contraponto aos 90% dos responsáveis da classe A e B. Ainda, é possível fazer um parâmetro entre a escolaridade destes pais e o acesso dos jovens à internet, sendo percebido que entre jovens pertencentes a famílias em que os pais possuem maior escolaridade, o acesso dos jovens à internet é mais frequente, sendo de 92% entre os jovens em que os responsáveis familiares possuíam o Ensino Médio ou mais, e de 71% entre os jovens em que os responsáveis estudaram até o Ensino Fundamental (CGI.br, 2017a).

Assim, compreende-se que a simples oferta de computadores e internet para a população brasileira não são medidas efetivas por si só, é necessário que a população tenha acesso ao letramento digital e possa fazer uso das TIC, consumir o conteúdo da internet, bem como produzi-lo de forma crítica e emancipatória. Deste modo, essa inclusão digital somente será possível quando as instituições de ensino aderirem a cibercultura em sua rotina pedagógica. Tal questão se evidencia em territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica, onde as escolas muitas vezes representam a única

possibilidade de acesso às TIC e dessa forma possuem papel central na formação dos indivíduos e garantia de direitos.

Neste panorama, compreende-se que as ações de qualificação profissional EAD propostas por Políticas Públicas voltadas para o público em vulnerabilidade socioeconômica, quando não bem articuladas com outras ações e outras Políticas Públicas, como as de Educação e Assistência Social, tendem a não alcançar o público-alvo, tendo em vista que esse público, muitas vezes encontra-se excluído do mercado formal de trabalho, em situação de extrema pobreza, vivenciando situação de destituição, marginalidade e desproteção. Assim, o acesso à informação, por meio de diferentes formas de divulgação que não apenas as virtuais, aponta como uma das primeiras iniciativas que deve ser empregada de forma urgente para captar o público-alvo de ações como o PRONATEC, tendo em vista que as ações de divulgação se apresentam tão falhas que a disponibilidade dos cursos muitas vezes não chega nem mesmo aos profissionais das diversas Políticas Públicas, os quais atuam diretamente com a população em vulnerabilidade socioeconômica, podendo deste modo divulgar os cursos e auxiliar na efetivação de tais programas de EPT, sendo evidenciada a alarmante falta de articulação entre as Políticas Públicas que atendem o mesmo público alvo.

Assim, para além de informar, é preciso garantir o acesso, e para isso é fundamental que o Governo Federal possa articular de forma efetiva as ações de capacitação com instituições com polos presenciais, o que inclui articulação com a Política de Educação, por meio das escolas, as quais estão presentes nos territórios de maior vulnerabilidade socioeconômica e que, na maior parte dos casos, como apresentado nas pesquisas, não permite o acesso de alunos e comunidade aos computadores e internet do local. Ainda, é necessário expandir e qualificar os serviços prestados pelos telecentros, fomentando para que seu uso possa se dar também como polos para a execução de cursos de EPT na modalidade EAD. A articulação com a Política de Assistência Social é primordial, visando maior acesso da população em vulnerabilidade socioeconômica aos cursos EPT, tendo em vista que os jovens em vulnerabilidade socioeconômica são o público-alvo de ambas as ações, e dessa forma seria possível uma melhor efetivação do PRONATEC em todo o território nacional.

Considerações finais

Com isso, percebe-se a urgência na implementação de Políticas Públicas continuadas e articuladas voltadas para a juventude brasileira, visando a emancipação por meio da capacitação e da oferta de serviços voltados à inserção no mercado de trabalho e à permanência no processo de escolarização para que se possa garantir um acesso a oportunidades dignas de trabalho. Salienta-se que a inclusão digital tornou-se elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas, ainda, essencial para a garantia do bem-estar dos cidadãos, porém, o uso das TIC segue apresentando forte disparidade quando analisado de forma sociodemográfica.

Conclui-se desse modo que as ações de inclusão digital e EPT propostas pelo Governo Federal em prol da juventude em vulnerabilidade social apresentam-se de formas fragmentadas, descontinuadas e desarticuladas. Ressalta-se que tais ações ainda apresentam baixo alcance e efetividade, uma vez que o público-alvo dos cursos de EPT vivencia uma série de vulnerabilidades para além da socioeconômica, como a dificuldade de acesso à informação, bens e direitos nas mais diversas áreas como na saúde, transporte, educação, habitação, entre outras, dificuldades essas que se tornam obstáculos para a continuidade das atividades de qualificação profissional e inclusão produtiva (RABELO; RUCKERT, 2015).

Assim, compreende-se que atuar em uma perspectiva emancipatória, em um país marcado por desigualdades sociais e construir uma Rede de Proteção Social é um grande desafio. Temos o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social. Ressalta-se o compromisso com a autonomia dos sujeitos, fortalecendo suas potencialidades de forma a romper o processo de exclusão, marginalização, assistencialismo e tutela, auxiliando estes indivíduos a se apropriarem de seus lugares enquanto protagonistas de suas histórias na efetivação de seus direitos. Dessa forma, é primordial que se faça valer um direito constitucional de todo cidadão, de acesso ao conhecimento para que, a partir disso, este possa se capacitar cada vez mais e se independizar de políticas assistenciais, auxiliando, desta forma, no rompimento do ciclo de vulnerabilidade social, o qual por vezes é transmitido de geração em geração nas famílias de menor poder aquisitivo.

Referências

BONILLA, Maria Helena S.; OLIVEIRA, Paulo. Cesar. Souza. *Inclusão digital: ambiguidades em curso*. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. *Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profuncionário*. Versão Preliminar 1.2 de Abril de 2016. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Políticas de Juventude. *Lei 12.513/2011. Institui o Pronatec – Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 05 mai. 2018.

CASTEL, Robert. *Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL. Ijuí: UNIJUÍ; CEOS; AISLF, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

Censo EAD.BR: *relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016* = Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2016 [livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf>. Acesso em: 22 de Abr. de 2018.

COLL, Cesar; MONEREO, Carles. *Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades*. Em C. Coll & C. Monereo (Orgs.), *Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação* (N. Freitas, Trad., pp. 15-46). Porto Alegre: Artmed. 2010.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. *Pesquisa sobre o uso dos centros públicos de acesso de TICs: TIC Centros Públicos de Acesso 2013*. São Paulo: CGI.br, 2014. Disponível em: < <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-centros-publicos-de-acesso-2013.pdf>>. Acesso em: 25 de Abr. de 2018.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. (2017a). *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2016*. São Paulo: CGI.br. 2017. Disponível em: < http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf>. Acesso em: 10 de Abr. de 2018.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. (2017b). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios*

2016. São Paulo: CGI.br, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf>. Acesso em: 10 de Abr. de 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: Atlas, 2010.

GOVERNO DIGITAL. *Telecentros*. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/eixos-de-atuacao/inclusao-digital/telecentros>>. Acesso em: 03 Mai. 2018

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, v. 22 – Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf>. Acesso em: 12 de Mai. de 2018.

KENSKI, Vani M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

KOUTROPOULOS, Apostolos. *Digital Natives: Ten Years After*. Journal of Online Teaching and Learning, 2011. Disponível em: <http://jolt.merlot.org/vol7no4/koutropoulos_1211.htm> Acesso em: 10 Mai. 2018.

MARTINS, José de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. (Coleção Temas de Atualidade).

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (12ª ed.) São Paulo. Hucitec. 2010.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Protocolo 23480009523201807*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Emitido em 16 de maio de 2018.

PRENSKY, Marc. *Digital natives digital immigrants*. University Press, Vol. 9 n. 5, October de 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em 10 Mai. 2018.

RABELO, Maria M.; RUCKERT, Isabel N. *Ações de inclusão produtiva urbana no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria no Rio Grande do Sul*. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 73-84, 2015.

RODRIGUES, Thiago M. *Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Marco. *Internet na escola e inclusão. Integração das Tecnologias na Educação*. Ministério da Educação. Brasília, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. *Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. Trad: Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ZUIN, Antonio A. S. *Educação a distância ou educação distante? O programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual*. 2006. Artigo. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/873/87313708014/>. Acesso em: 14 de Abr. de 2018.

Recebido 09 de setembro 2018

Aprovado 15 de dezembro 2018